

---

# Contextos rurais e Psicologia Comunitária: um encontro possível e necessário

*Telmo Mota Ronzani*

*Kíssila Teixeira Mendes*

*Conrado Pável*

*Jáder Ferreira Leite*

## Introdução

O presente capítulo objetiva realizar um panorama sobre as possibilidades de articulação entre os preceitos e conceitos da Psicologia Comunitária nos contextos rurais. Faz-se necessária, entretanto, uma breve contextualização sobre a questão agrária em nosso país tanto para a tentativa de compreensão do cenário atual, quanto para uma reflexão do que é possível à psicologia nesse contexto. Desde daqui, já vemos em um paradoxo, visto que a psicologia – não diferente das ciências modernas – constitui-se como uma área de conhecimento essencialmente voltada aos contextos urbanos. No entanto, em nossa realidade, ainda que boa parte dos brasileiros viva nas áreas predominantemente urbanas (76%), o número de cidades com essas características é de apenas 26%. Pelo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), o país tem mais municípios predominantemente rurais. Eles representam 60,4% das cidades brasileiras, embora abriguem apenas 17% da população.

O Brasil possui um dos maiores índices de desigualdade social e de concentração de terra do mundo, sendo inevitável a correlação entre esses indicadores (CARTER, 2006). A origem do latifúndio está ligada ao processo de ocupação do Brasil após a chegada dos portugueses, com a divisão das Capitânicas Hereditárias (1536) concedidas pela Coroa Portuguesa à nobreza e aos militares. Estas eram divididas, por sua vez, em sesmarias doadas a pessoas de confiança com o papel de explorar economicamente a terra. A Lei das Sesmarias foi revogada com a independência, em 1822, e em 1850 é instituída a Lei de Terras, que estabelece a compra – propriedade privada – como única forma de acesso à terra no Brasil. Não por acaso, a Lei de Terras surge no horizonte da abolição, pois, considerando a possibilidade de uma mão de obra livre, a terra deveria se tornar produto de difícil acesso para esse novo contingente, que continuaria a se submeter ao trabalho precário nesses mesmos latifúndios. O latifúndio no Brasil, dessa forma, sempre agiu como um sistema de dominação e controle social e, desde a Colônia, é organizado a partir das monoculturas voltadas ao mercado exterior. Ainda que com importantes mudanças políticas e contextuais, a orientação da estrutura fundiária permaneceu inalterada até a Constituição de 1988 - embora a luta pela terra seja histórica, sobretudo a partir da década de 1940 e fortalecida na Ditadura Militar.

Marcada pela pressão de movimentos sociais, a Constituição de 1988 determina que todas as propriedades rurais devem cumprir sua função social e para isso devem produzir, respeitar o meio ambiente e os direitos trabalhistas de seus empregados. Para tal, institui a Lei da Desapropriação, que assegura o direito da União à desapropriação de terras ditas particulares, consideradas improdutivas, em decorrência da utilidade pública, especialmente para fins de Reforma Agrária. Porém, a lentidão com que a reestruturação fundiária no Brasil é feita pode ser explicada, como dito anteriormente, pelo elevado tempo de uma política de distribuição injusta de terras. Segundo o Censo Agropecuário realizado em 2006 (IBGE, 2009), a situação agrária no Brasil permaneceu praticamente inalterada nos últimos 20 anos.

Desde a Ditadura Militar, há um intenso processo de modernização da agricultura legitimada pelo capital. Embora o caráter predador permaneça, com a tentativa de vincular o campo a um projeto produtivista de manutenção da balança econômica brasileira, há uma mudança de razão ideológica importante: o latifúndio passa a ser denominado agronegócio. Hoje, a bancada ruralista no Congresso Nacional é um dos principais eixos políticos em que se apoia o agronegócio e é numérico: os membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) têm, hoje, o poder de derrubar uma presidente e de manter outro no poder. Metade dos votos pelo *impeachment* (50%) de Dilma Rousseff, no ano de 2016, e mais da metade dos votos para manter Temer (51%) saíram dessa bancada. Não por acaso, o ano de 2017 foi o mais violento no campo desde 2003. De acordo com o levantamento anual sobre os conflitos no campo no Brasil da Comissão Pastoral da Terra (2017), 70 assassinatos em conflitos foram registrados contra 61 no ano de 2016.

As zonas rurais brasileiras, no entanto, sempre foram marcadas por intensos conflitos e, embora a violência tenha aumentado em termos gerais na América Latina, em poucos locais cresceu como no campo. Segundo esses mesmos dados, nos últimos 20 anos, foram assassinados mais de um mil e 300 trabalhadores rurais, lideranças e ativistas ligados a movimentos sociais. Desses casos, somente 77 foram julgados, e apenas 15 mandantes e 65 executores foram condenados. Esses casos de violência, além de subjugados, contribuem para a desmobilização e criminalização dos movimentos sociais, bem como para um ataque a suas identidades coletivas. Outro tipo de violência, tão brutal quanto às execuções, são as mortes por exaustão de trabalhadores rurais – a exemplo dos cortadores de cana no interior de São Paulo – e o trabalho escravo: 177 denúncias de superexploração do trabalho e cerca de 270 ações de libertação de trabalhadores em condições análogas à de escravos foram registradas no campo brasileiro. Tal cenário – de precarização e violência – está intimamente relacionado à realidade de pobreza rural, que preserva similitudes, diferenças e relações com a pobreza urbana.

Ximenes e Camurça (2016), por sua vez, caracterizam o contexto rural a partir de dois cenários: o campesinato e o latifúndio. Enquanto neste o elemento fundamental é o capital e a não vinculação com o território, o campesinato se caracteriza por ser o oposto do latifúndio, onde o vínculo com a terra é afetivo e vital. Sendo assim, as formas de vida da população rural, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que representam possibilidades de produção de bens, são um contraponto ao modelo capitalista tradicional de produção. No entanto, a modernização dos espaços rurais veio de forma a comprometer dramaticamente as variadas formas de vida no campo baseadas na agricultura familiar e nos modos tradicionais de relação com a terra, a exemplo dos grupos indígenas, extrativistas e quilombolas. Desse modo, a pobreza no campo se coloca como produto histórico da concentração de terra e da exploração de recursos naturais e da força de trabalho.

Além disso, se faz importante, na tentativa de compreender a vida cotidiana, partir da dialética entre subjetividades e objetividades, visto que o avanço do capitalismo neoliberal no Brasil nos anos 1990, a industrialização da agricultura e do agronegócio e o fortalecimento dos movimentos sociais fizeram emergir novas ruralidades que, entre outras características, têm na pluriatividade da agricultura familiar sua principal característica, até mesmo como forma de enfrentamento ao desemprego, à pobreza rural e ao êxodo rural. A partir dessa dialética, é inegável que tal realidade traz implicações psicossociais e impacta no adoecimento da população rural. Logo, para além da necessária leitura que leve em consideração a crítica ao capitalismo, faz-se fundamental compreender ainda que esta forja subjetividades e que a pobreza gera sofrimentos específicos em uma sociedade de consumo e de valorização da acumulação. Fica evidente, assim, a importância da Psicologia Social ao compreender criticamente a relação entre sujeito e estrutura (LACERDA JUNIOR; GUZZO, 2007).

Nesse cenário, é ímpar nos questionarmos sobre que tipo de psicologia se faz possível (e necessária) na aproximação com os contextos rurais, sobretudo se considerarmos seu histórico elitizado, a partir de uma posição conservadora e discriminatória, que reproduziram práticas eugênicas ao longo do século XX.

Isso se materializa, inclusive, nos estigmas e ideologias vinculados ao campo, tais como o de atraso e de dominação do latifúndio. Há, assim, a necessidade do cuidado do olhar teórico, visto que a ciência psi tende a considerar abstrações que não condizem com a realidade, sobretudo no meio rural, visando ao fortalecimento das comunidades e lutas populares, ao desvelamento das realidades e ao compromisso com a transformação social (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

A relação da psicologia com debates críticos e historicizados da sua realidade, no Brasil, tem seu marco nos anos 1960 com o início dos debates e estruturação da Psicologia Comunitária enquanto disciplina, que ganha sentido histórico na luta nas próprias Ligas Camponesas e na Educação Popular de Paulo Freire, visando às periferias urbanas e também às áreas rurais. A partir de 1980 se nota um aumento das produções sobre a luta pela terra e os movimentos sociais que dela se dedicam (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). Tendo em vista a concepção da Psicologia Comunitária de sujeito enquanto ser histórico (agente da sociedade e conformado por ela), seu compromisso com a realidade e com a conscientização para a mudança social (FREITAS, 1996), bem como suas metodologias participativas (FREITAS, 1998), defendemos neste capítulo a articulação desta psicologia - que se pretende emancipadora, evidenciadora de ideologias - com os cenários rurais, sobretudo articulado às áreas de saúde e educação - como forma se vislumbrar potências (LIMA; CIAMPA; ALMEIDA, 2009) e de trazer a ciência psicológica para o chão histórico (SAWAIA, 2007).

## **Algumas aproximações da Psicologia Comunitária aos contextos rurais**

Sabemos que a aproximação da psicologia aos contextos rurais é relativamente recente e apresenta certa heterogeneidade em relação às diferentes áreas de conhecimento, referenciais teóricos e abordagens metodológicas (LANDINI, 2015). Em especial, no campo da Psicologia Social Comunitária, apesar de

comunidades rurais serem um dos territórios de aproximação, tanto de pesquisas quanto práticos, podemos dizer que ainda há um processo de consolidação e definição como campo de ação específica, essencialmente na América Latina. Como ilustração, em uma revisão sistemática (ainda não publicada), realizada pelos autores, sobre relatos de pesquisa ou experiência na América Latina sobre o tema psicologia e contextos rurais, observamos que do total de 95 artigos selecionados entre os anos de 1996 e 2017, apenas 6 (6,3%) foram classificados como trabalhos no campo da Psicologia Social Comunitária.

Como forma de caracterização da produção intelectual na área, apresentamos a seguir a descrição de estudos selecionados em nossa busca. Foram realizados no Brasil (2), México (2), Argentina (1) e Equador (1). Em relação à população estudada, houve uma variação de grupos como trabalhadores (2), comunidade, famílias, idosos e mulheres, com um artigo cada. Os temas de pesquisa também foram bastante variados, tais como envelhecimento, identidade, prática profissional do psicólogo, processos de trabalho, saúde e violência.

O artigo de Nascimento *et al.* (2017) foi realizado com idosos em região ribeirinha da Amazônia brasileira, e avaliou as condições de moradia e sua satisfação em viver naquela comunidade. Os resultados demonstraram que há uma situação de isolamento territorial dessa população e baixas condições socioeconômicas do grupo estudado. Apesar disso, houve uma satisfação com suas condições de moradia e identificação com seu território, a não ser em relação ao acesso e à segurança, apontando para a necessidade de melhoria das condições de vida dessa população, considerando o contexto e a fase de vida que os mesmos se encontram.

Castillo *et al.* (2012), em seu artigo “Coesão social e ordenamento ecológico em um município rural do sudeste mexicano”, apresentam resultados sobre a caracterização de indicadores de coesão social de 14 comunidades rurais do México, demonstrando que as mesmas apresentavam diferentes níveis de coesão, sendo que nenhuma havia alcançado o nível máximo, chamando atenção para as especificidades e necessidades locais, havendo, portanto, que se

trabalhar para o desenvolvimento dessas comunidades a partir de suas próprias características e histórias.

Os pesquisadores mexicanos Cardenas-Rodriguez e López-Feldman (2015) problematizam a questão da pobreza como mera ausência de dinheiro e trazem a perspectiva do bem-estar subjetivo com um dos elementos que constituem os sujeitos e levantam a hipótese de que o mero acesso a recursos financeiros e ao consumo não são a melhor medida para se avaliar o bem-estar. Para isso, realizaram uma pesquisa em comunidades rurais no México e avaliaram a percepção de bem-estar e pobreza. Os principais resultados é que os indicadores de renda são muito diversos dos indicadores de bem-estar e que as políticas públicas que se limitam ao acesso restrito à renda desconsideram o aspecto subjetivo para o desenvolvimento das comunidades, reforçando a necessidade de ações mais amplas junto a essa população.

Santos e Ramos (2017) apresentam um estudo com enfoque metodológico, chamando atenção para a importância de se utilizar multimétodos qualitativos e a articulação de bases teóricas para a produção de sentidos em estudos intergeracionais. Para isso, apresentam o desenvolvimento de um método de estudo e produção de sentidos do cotidiano de famílias quilombolas, considerando os aspectos intergeracionais, realizado em regiões rurais da Bahia. Concluiu-se que o método adotado foi importante para o estudo da produção de sentidos intergeracional em narrativas e argumentações de pessoas de três gerações de famílias pertencentes a comunidades rurais e quilombolas, com a possibilidade de compreensão do cotidiano dessas pessoas.

O artigo “Medo, conformismo e silêncio: a violência nas relações de casais em área rurais do Equador” de Boira *et al.* (2016) problematiza a grave situação de violência contra mulheres na América Latina e realiza um estudo para compreender os fatores e dinâmicas envolvidos nesse contexto, em pequenas comunidades rurais do Equador. Os resultados demonstram que a importância do entorno comunitário e as interações entre a vítima e agressor com vizinhança e agentes de intervenção; a influência da estrutura do território e atuação

do Estado nas situações de violência e a influência da pressão exercida pela comunidade em relação à situação, bem como as opções para denunciar a violência são fatores que podem ser explicativos para as dinâmicas de violência contra as mulheres.

Por último, o estudo do pesquisador argentino Fernando Pablo Landini (2017) chama atenção para importância dos trabalhos de extensão rural e para a complexidade envolvida no mesmo, sendo uma ação interdisciplinar com uma possibilidade de contribuição de profissionais das Ciências Sociais. Segundo o autor, a psicologia estaria incluída nessa potencialidade de contribuição para a área. Para isso, foi realizada uma pesquisa para se investigar as possíveis ações dos psicólogos nos trabalhos com extensão rural. Foram realizadas 40 entrevistas com extensionistas do noroeste argentino sobre as possíveis contribuições da psicologia para a melhoria de seus processos de trabalho. As principais atribuições seriam na melhoria e o apoio no trabalho, porém sem muita clareza de como isso se daria. Outras atividades seriam o manejo de grupos, gestão de conflitos e a compreensão dos produtores.

A partir dessa breve descrição das pesquisas realizadas na América Latina, podemos ressaltar a heterogeneidade de temas, enfoques e referenciais, mesmo considerando a área da Psicologia Comunitária. Isso se daria pela própria complexidade do campo, que demanda abordagens e enfoques diferenciados, aspectos próprios da natureza da investigação-ação constantes nos princípios que fundamentam a área e de outros sócio-históricos envolvidos, sejam no desenvolvimento da psicologia latinoamericana, seja nos aspectos que fundamentam as nossas comunidades. Ainda assim, mantém-se a pergunta e a provocação sobre a necessidade de uma identidade e de um marco ético-político-conceitual para a prática do psicólogo comunitário em contextos rurais como princípios fundamentais e comprometimento com o trabalho com essas comunidades.

Sabemos ainda que muitas práticas nesse campo não chegam aos registros acadêmicos, em especial aos artigos científicos, e que os trabalhos apresentados



estão longe de configurar a realidade do trabalho do psicólogo comunitário na área. Por essa razão, apresentamos a seguir, de forma sucinta, a experiência de outros grupos que são considerados pioneiros na área, chamando atenção para grupos universitários do nordeste do Brasil.

O Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará (UFC) é um dos grupos pioneiros com o trabalho em contextos rurais. Desenvolve atividades desde 1983 nas áreas de formação, extensão e pesquisas no campo de Psicologia Comunitária. Como principais referenciais teóricos estão a Psicologia da Libertação e da Educação Popular Freiriana. O grupo desenvolve ações extensionistas e de pesquisa no interior no Ceará através de assessoria aos produtores rurais e uma ação de integração e articulação entre os setores técnicos e da comunidade local, com o fortalecimento de ações comunitárias, através de metodologias participativas (XIMENES *et al.*, 2016a). Além disso, o grupo desenvolve uma discussão junto à comunidade sobre as implicações psicossociais da pobreza em áreas urbanas e rurais (XIMENES *et al.*, 2016b).

Outro grupo importante é o de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Universidade Federal do Piauí (UFPI) que desenvolvem, há anos, linhas de pesquisa e intervenção em contextos rurais desses estados, com ações e compreensões de modos de vida dessa população e denunciando condições de vulnerabilidade e desigualdade social. Alguns temas trabalhados são gênero, violência, pobreza, participação social e saúde mental em contextos rurais (DANTAS *et al.*, 2018).

Por último, ressaltamos a contribuição dos trabalhos realizados pelo psicólogo argentino Fernando Landini, que tem acumulado grande experiência de trabalho de extensão rural no interior da Argentina e tem sistematizado e relatado trabalhos e a contribuição da Psicologia Comunitária em várias regiões para o suporte tanto dos técnicos quanto para os trabalhadores rurais (LANDINI, LEEUWIS, LONG, SOFÍA, 2014). Além disso, o autor tem uma liderança importante para o avanço conceitual e teórico do que o mesmo denomina

de Psicologia Rural e na organização dos Congressos Latinoamericanos de Psicologia Rural, onde são compilados textos com experiências de pesquisa e intervenção em nossa região (LANDINI, 2015).

Recentemente, através de aproximações e parcerias com os pesquisadores citados acima, nosso grupo vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) vem se aproximando do tema e desenvolvendo algumas atividades extensionistas e de pesquisa, a partir do referencial da Psicologia Comunitária, Psicologia Política e de outros campos disciplinares ligados às Ciências Sociais, Educação Popular do Campo e, principalmente, com o aprendizado advindo de militantes e assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região da Zona da Mata de Minas Gerais. Nosso grupo é denominado Marcus Matraga, em homenagem ao psicólogo Marcus Vinícius assassinado em região de conflito de terras no interior da Bahia, referencial na área dos direitos humanos e de uma psicologia comprometida com as questões sociais. Os temas principais de pesquisa/ação de nosso grupo são juventude, consciência, saúde e educação em áreas de assentamento rurais.

## **Psicologia Social Comunitária e articulação com a saúde e educação no campo**

Um primeiro ponto a ser ressaltado na aproximação com os contextos rurais é sua realidade de pobreza e desigualdade. Apesar de duas décadas de significativos avanços na diminuição dos índices de pobreza, atualmente as populações mais vulneráveis da América Latina e do Caribe estão novamente em risco. Essa região do mundo vem se distanciando do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU): a erradicação da pobreza até 2030. Em 2017 se estimam 59 milhões de pobres e 27 milhões de pobres em situação abaixo da linha da miséria nas zonas rurais na América Latina e Caribe (FAO, 2018). Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2018) apontam que

a incidência dos maiores índices de pobreza nos países da América Latina e Caribe se concentram nas áreas rurais, principalmente naquelas consideradas como ecologicamente mais vulneráveis e remotas dos centros econômicos de cada país. A situação de pobreza não se apresenta de maneira equitativa na população: há ainda maior concentração de pobreza entre mulheres e também entre as populações indígenas e negras nas zonas rurais. No Brasil, as ações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em conjunto com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) demonstram como as políticas intersetoriais podem atuar em prol da proteção social das pessoas vivendo nos contextos rurais (SAVASSI, 2018). O Brasil saiu do Mapa da Fome em 2014, sendo fundamental neste processo o apoio por meio de crédito e assistência técnica à agricultura familiar. A redução da pobreza rural é necessária para a resolução de questões extremamente sensíveis como a desigualdade social, discriminação étnica e de gênero, os índices de violência, problemas migratórios, insegurança alimentar e subnutrição, o esgotamento e uso insustentável dos recursos naturais, entre outras. Nesse sentido, o mundo necessita de zonas rurais prósperas e com as condições de pobreza erradicadas (FAO, 2018).

De acordo com a recente publicação da Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham em zonas rurais (ONU, 2018), as populações rurais têm direito a desfrutar do mais alto nível de saúde física mental e a acessar, sem discriminação, todos os serviços de saúde. Destaca, ainda, o direito dos camponeses à utilização, defesa e preservação de sua medicina tradicional, além da necessidade de prevenção dos riscos e agravos à saúde e segurança provocados pela utilização e exposição dos trabalhadores rurais aos agrotóxicos, cabendo aos Estados tomar medidas para sua restrição e proibição.

O Brasil deu um importante passo ao criar em 2011, a partir de forte participação de movimentos sociais do campo, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (BRASIL, 2013). O objetivo de tal política é promover a saúde das populações rurais por meio de ações e iniciativas que

reconheçam as necessidades específicas das populações do campo, visando o acesso com equidade aos serviços de saúde e a redução de riscos e agravos à saúde em decorrência dos processos de trabalho agrícolas. Dessa forma, a saúde em áreas rurais, a partir dos princípios da integralidade e equidade, deve ser assegurada com investimento, força de trabalho, gestão e formação profissional de qualidade (SAVASSI *et al.*, 2018).

O horizonte de tal política é a melhoria dos indicadores de saúde e qualidade de vida para as populações rurais. Contudo, persistem graves iniquidades no acesso efetivo do direito à saúde e prevalece ainda um modelo de atenção à saúde urbanocentrado (SAVASSI *et al.*, 2018). Um dos principais desafios é a consolidação da Atenção Primária no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente por meio da expansão da cobertura da Estratégia de Saúde da Família à população brasileira, possibilitando a redução das desigualdades sociais em saúde e a reorganização do modelo de atenção – tradicionalmente excludente, centrado no hospital e na assistência a casos agudos (MENDONÇA *et al.*, 2018).

Savassi *et al.* (2018) pontuam que os cenários rurais são marcados por uma complexidade de questões culturais e, por isso, os profissionais de saúde necessitam construir uma sensibilidade intercultural para estarem atentos às distintas formas de vivência e compreensão do processo saúde-doença: “a ênfase na perspectiva biomédica na formação dos profissionais da saúde tende a perpetuar a natureza urbanocêntrica dos serviços de saúde” (SAVASSI *et al.*, 2018). Portanto, a ampliação da experiência democrática e participativa é fundamental, não apenas para pressionar o Estado para atender às necessidades sociais de saúde, mas para preservar as políticas consideradas como resolutivas e ações bem-sucedidas, na busca pela proteção e desenvolvimento dos direitos humanos e sociais no Brasil.

Atualmente, porém, a crise política e institucional no Brasil deflagrada em 2016 e o avanço de uma agenda neoliberal impõem graves riscos e retrocessos para a organização e financiamento do SUS. Tais retrocessos são refletidos em diversos

aspectos: nas alterações substanciais da nova versão da Política Nacional de Atenção Básica em 2017 que flexibiliza a prioridade da Equipe de Saúde da Família (ESF) (MOROSINI; FONSECA; LIMA, 2018); na proposta ministerial de incentivo de planos privados de saúde com renúncia fiscal em detrimento da universalização da saúde; e principalmente na agudização do subfinanciamento crônico do SUS a partir da emenda constitucional n.95/2016 – que congela os recursos federais por vinte anos. Aliado a isso, temos acompanhado também uma ofensiva crescente aos movimentos sociais, com a proposição de medidas legais de ampliação da criminalização de suas ações e de perseguição a suas lideranças. Esta realidade trará, conseqüentemente, uma piora das condições de saúde da população, principalmente das mais vulneráveis como as populações do campo e da floresta, e um perverso sucateamento dos serviços existentes, sendo, portanto, um grave problema na efetivação do acesso à saúde como direito de todos e dever do estado (MENDONÇA *et al.*, 2018).

Em relação à educação, no artigo 25 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Zonas Rurais (ONU, 2018), está previsto o direito a uma formação adequada de acordo com o contexto sociocultural e relacionada às práticas agroecológicas. As experiências de Educação do Campo no Brasil, ou seja, das políticas públicas de educação que buscam atender às necessidades específicas de desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos do campo, são frutos de uma reivindicação histórica dos movimentos sociais (RIBEIRO, 2017). Nesse sentido, considerada como a grande sementeira da Educação do Campo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é uma conquista dos movimentos sociais do campo e se edificou como uma política pública de educação intersetorial significativa na garantia da educação como direito, com vistas à valorização do campo, da cultura e do desenvolvimento dos camponeses.

Ao considerar a questão da educação nos contextos rurais é possível observar ainda graves entraves na efetivação deste direito fundamental. Um deles é a realidade atual de fechamento das escolas do campo. Ribeiro (2017) analisa os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

(INEP) de 2016 que apontam uma redução de 23,56% de escolas no campo nos últimos anos. Consequentemente ocorreu a diminuição de 16,19% das matrículas. Segundo o autor: “o fechamento de escolas em ambientes rurais tem sido uma realidade que dificulta a implementação dos princípios da Educação do Campo” (RIBEIRO, 2017, p. 93), o que implica na evasão escolar de camponeses direcionados para escolas em áreas urbanas – muitas vezes em condições precárias de transporte – e consequentemente no não enfrentamento das altas taxas de analfabetismo, bem como na falta de perspectiva dos jovens do campo, uma grave violência na efetivação da educação do campo como direito (RIBEIRO, 2017).

Diante de tantas contradições e desafios, Oropeza (2018) afirma que a realidade de nosso continente continua sendo a das grandes maiorias marginalizadas dos bens sociais - incluindo os conhecimentos reconhecidos como científicos, com uma parcela significativa de pessoas sem acesso aos serviços prestados por profissionais da psicologia que, apesar de estarem atuando em cidades de médio e pequeno porte e que guardam características rurais, sua formação ainda se pauta numa realidade urbanocentrada. Para isso, é preciso considerar o aspecto da implicação participativa da comunidade na construção de maiores espaços de autonomia. A psicologia comunitária, portanto, possui este papel de contribuir no desenvolvimento de uma participação autêntica das pessoas nos processos de transformação de suas condições. Isso nos leva a considerar a dimensão ética envolvida na atuação em psicologia comunitária que se desenvolve em cenários de conflitos e contradições sociais na busca por acompanhar e colaborar com projetos de transformação social. Daí, portanto, a necessidade de potencializar mecanismos democráticos de participação e tomada de decisões na comunidade, de modo a desconstruir o paternalismo muitas vezes presente na relação entre psicólogos e comunidade e buscar uma maior equidade social nas intervenções psicossociais (OROPEZA, 2018).

Nesse sentido, ao analisar processos grupais e suas implicações para a Psicologia Social, Martin-Baró (1989) considera que é preciso levar em conta que nossa atuação em psicologia comunitária não se dá em espaços vazios de sentido, e sim

junto aos chamados grupos com história: que atuam em contextos específicos, com suas aspirações, necessidades, conflitos, recursos, dores e satisfações. Uma atuação crítica em Psicologia Comunitária pode contribuir, portanto, junto aos grupos e comunidades rurais, para mobilização e potencialização de recursos que promovam a identidade, poder e atividade, consideradas por Martín-Baró (1989) elementos essenciais para uma práxis transformadora da realidade.

A Psicologia Comunitária pode contribuir no fortalecimento do princípio da participação social, ampliando o diálogo entre as políticas públicas de saúde e os movimentos sociais do campo para assim alargar a democracia e o controle social. Intervenções psicossociais articuladas com a Estratégia da Saúde da Família, por exemplo, a partir da centralidade na família e direcionamento para a comunidade, podem contribuir na construção de ações intersetoriais de prevenção e promoção de saúde, troca de saberes, desenho de linhas de cuidado e projetos terapêuticos que envolvam e valorizem a comunidade na busca pela satisfação de suas necessidades de saúde.

No âmbito da Educação do Campo, compreendida por Ribeiro (2017) como uma ação de resistência e afirmação da educação como direito, há também diversas possibilidades de contribuição da Psicologia Comunitária, principalmente quando articulada ao paradigma da educação popular presente no desenvolvimento histórico da disciplina (CRUZ; FREITAS; AMORETTI, 2014). Cabe destacar também as potencialidades de atuação no fortalecimento da estratégia educativa de Educação do Campo conhecida como Pedagogia da Alternância, na qual os alunos vivenciam momentos na escola - Tempo Escola - e momentos na comunidade de origem - Tempo Comunidade - promovendo a possibilidade de que os conhecimentos do cotidiano camponês se coloquem como estruturadores da formação (RIBEIRO, 2017). Nesse sentido, a valorização da cultura camponesa através do trabalho de fortalecimento da identidade, autonomia cultural e da memória coletiva pode ser um importante campo de atuação para a Psicologia Comunitária.

## Considerações finais

Como observamos, o Brasil e a América Latina têm um grande desafio em relação às populações, especialmente as rurais, tendo em vista as barreiras de acesso aos direitos básicos e suas condições de vida, em diversos setores. Tal fato se deve, acima de tudo, a um modelo de sociedade que prospera a partir da exploração e opressão de grupos específicos e de um sistema econômico baseado no lucro desenfreado e no esgotamento dos recursos naturais.

A partir de um pressuposto e um posicionamento ético-político específico, a psicologia tem um papel importante ao se ater para além de questões intraindividuais e compreender e atuar concretamente nos aspectos coletivos e sociais mais amplos e em prol de comunidades marginalizadas por nosso sistema. Nesse sentido, a Psicologia Comunitária se apresenta como uma área de produção de conhecimento e intervenção psicossocial privilegiada.

Cumprir considerar que a inserção da Psicologia Comunitária aos contextos rurais tem se dado a partir da atuação em políticas públicas, especialmente as de saúde, educação e assistência social, fato que nos leva ao desafio de lutar pela sustentação, efetivação e adequação de tais políticas num contexto bastante adverso de nosso país em que a agenda governamental atual visa reduzir ao máximo a ação do Estado junto aos segmentos alvo dessas políticas, agravando ainda mais quadro de iniquidades sociais.

Para isso, torna-se fundamental uma maior aproximação com essas comunidades e uma prática profissional contextualizada aos desafios e às realidades deste território, sendo um terreno fértil a ser plantada uma semente de mudança e luta por justiça social.



## Referências

BOIRA, S.; CARBAJOSA, P.; MENDEZ, R.. Miedo, conformidad y silencio: la violencia en las relaciones de pareja en áreas rurales de Ecuador.

**Psychosocial Intervention**, Madrid, v. 25, n. 1, p. 9-17, abr. 2016. Disponível em: <[http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S113205592016000100002&lng=es&nrm=iso](http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S113205592016000100002&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 6 feb. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CARDENAS-RODRIGUEZ, E. S.; LOPEZ-FELDMAN, A.. Más allá del ingreso: pobreza y bienestar subjetivo en cuatro comunidades rurales de México. **Agric. soc. desarro**, Texcoco, v. 12, n. 4, p. 483-498, dic. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S187054722015000400483&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S187054722015000400483&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 6 feb. 2019.

CARTER, M. O Movimento dos Trabalhadores sem Terra e a democracia no Brasil. **Agrária**, São Paulo, n. 4, p. 124-164, 2007.

CASTILLO, Teresita *et al.* Cohesión social y ordenamiento ecológico en un municipio rural del sureste mexicano. **Psicoperspectivas. Individuo y Sociedad**, v. 11, n. 1, p. 183, Enr. 2012. Disponível em: <<http://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/view/183/199>>. Acesso em: 6 feb. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) em questões relativas à terra**. Brasília: CFP, 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: CPI, 2017.

CRUZ, L. R.; FREITAS, M. F. Q.; AMORETTI, J. Breve história e alguns desafios da Psicologia Social Comunitária. In: Sarriera, J. C.; Saforcada, E. T. (orgs.). **Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 76-96.

DANTAS, C. *et al.*. A pesquisa em contextos rurais: desafios éticos e metodológicos para a psicologia. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 30, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822018000100205&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822018000100205&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 7 fev. 2019.

FREITAS, M. F. Q. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, RS, v.11, n. 1, 1998.

\_\_\_\_\_. Q. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidades nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: Campos, R. (org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 54-80.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006** - Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos no Brasil** - uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LACERDA JUNIOR., F.; GUZZO, R. MST e consciência de classe: estudo a partir da trajetória de vida de um militante. **Psicologia Política**, São Paulo, SP, v. 6, n. 12, 2007.

LANDINI, F. P. Rol esperado de los psicólogos en la extensión rural en el noreste argentino. **Corpoica cienc. tecnol. agropecu.**, Mosquera, v. 18, n. 2, p. 233-245, Aug. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0122-87062017000200233&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-87062017000200233&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 6 feb. 2019.

\_\_\_\_\_. (org.). *Hacia una psicología rural latinoamericana*. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

LANDINI, F.; LEEUWIS, C.; LONG N.; SOFÍA, M.. Towards a Psychology of Rural Development Processes and Interventions. **J. Community Appl. Soc. Psychol.**, 24, p. 534-546, Feb. 2014. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/260307612\\_Towards\\_a\\_Psychology\\_of\\_Rural\\_Development\\_Processes\\_and\\_Interventions](https://www.researchgate.net/publication/260307612_Towards_a_Psychology_of_Rural_Development_Processes_and_Interventions)>. Acesso em: 7 feb. 2019.

LIMA, A. F.; CIAMPA, A.C.; ALMEIDA, J. Psicologia Social como Psicologia Política? A proposta de Psicologia Social Crítica de Silvia Lane. **Psicologia Política**, São Paulo, SP, v. 9, n. 18, p. 223-236, 2009.

MALTA, D. C. *et al.* A cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF) no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 327-338, Feb. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232016000200327&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232016000200327&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 feb. 2019.

MARTÍN-BARÓ, I. **Sistema, grupo y poder: psicología social desde Centroamérica II**. San Salvador: UCA, 1989.

MENDONÇA, M. H. M. *et al.* Os desafios urgentes e atuais da Atenção Primária à Saúde no Brasil. In MENDONÇA *et al.* (Orgs.). **Atenção Primária à Saúde no Brasil: conceitos, práticas e pesquisa**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2018. p. 29-47.

MOROSINI, M. V. G. C.; FONSECA, A. F.; LIMA, L. D. de. Política Nacional de Atenção Básica 2017: retrocessos e riscos para o Sistema Único de Saúde. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 11-24, jan. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042018000100011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000100011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 fev. 2019.

NASCIMENTO, R. G. *et al.*. Housing conditions and the degree of home satisfaction of elderly riverside residents of the Amazon region. **Psico-USF**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 389-399, Dec. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712017000300389&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712017000300389&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 6 fev. 2019.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA (FAO). **El estado de la inseguridad alimentaria com el mundo** Cumplimiento de los objetivos internacionales para 2015 com relación com el hambre: balance de los desiguales progresos. Roma: FAO, 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4646s.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Panorama de la pobreza rural en América Latina y el Caribe 2018:** soluciones del siglo XXI para acabar con la pobreza en el campo. Santiago: FAO, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/CA2275ES/ca2275es.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. Asamblea General de las Naciones Unidas. **Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Campesinos y de Otras Personas que Trabajan en las Zonas Rurales**. Nueva York, 2018. Disponível em: <<http://undocs.org/es/A/C.3/73/L.30>> Acesso em: 10 fev. 2019.

OROPEZA, I. D. **Investigación cualitativa, metodología, relaciones y ética:** estrategias biográficas-narrativas, discursivas y de campo. Costa Rica: UCR, 2018.

SANTOS, J. C.; RAMOS, P. C.. Metodologia qualitativa de pesquisa sobre a produção de sentidos intergeracional em comunidades rurais e quilombolas: entrevistas narrativas e argumentações. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 23, n. 51, p. 329-350, jun. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/8227/6739>>. Acesso em: 6 fev. 2019.

SAVASSI, L. C. M. *et al.* (Orgs.). **Saúde no caminho da roça**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2018.

SAWAIA, B. B. Teoria Laneana: a univocidade radical aliada à dialética materialista na criação da Psicologia Social Histórico humana. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, MG, v. 2, n. 19, p. 81- 89, 2007.

XIMENES, V; CAMURÇA, E. Novos cenários da pobreza e da seca na zona rural nordestina: suas implicações na saúde mental. In: Dimenstein, M. (Org.). **Condições de vida e saúde mental em contextos rurais**. São Paulo: Intermeios, 2016.

XIMENES, V. M. *et al.* **Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016b. p. 405.

\_\_\_\_\_. *et al.* Núcleo de psicologia comunitária (NUCOM) e suas implicações na formação da graduação e pós-graduação em psicologia. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 7 n. 1, p. 202-209, jan./jun. 2016a. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/3698/2921>>. Acesso em: 6 fev. 2019.